

ANÁLISE



Adelson Rafael (Académico)
adelsonrafael@gmail.com

Paradigma da qualidade de ensino em Moçambique⁽¹⁾

Donald BING "existe muitas vezes uma distância gigantesca entre o que o professor ensina e o que o aluno aprende"

Paradigma, em grego, significa exemplo ou, melhor ainda, modelo ou padrão. Quando falamos em paradigma, via de regra, estamos nos referindo a um modelo, a um padrão, a uma descrição que nos oriente e nos faça compreender algum facto explícito. Por paradigma de qualidade se entende um padrão a ser seguido, com o intuito de melhoria de nível, da qualidade em si do produto e processo para sua obtenção. Discutir e entender o paradigma da qualidade de ensino em Moçambique, inexoravelmente passa pelo resgate das acções desenvolvidas no sector de educação desde a independência nacional até à data. No encaixe da qualidade de educação várias estratégias sucederam-se a nível nacional, com realce para as etapas que a seguir descrevo de maneira cronológica em resumo. Com a independência nacional inaugurou-se um processo de rápidas e profundas transformações sócio-económico, políticas e culturais. Um dos efeitos principais dessas transformações consistiu no alargar da oferta educacional aos moçambicanos. As transformações no sector da educação revestiram-se também de aspectos qualitativos. Em 1981, a taxa bruta de admissão no ensino primário de primeiro grau alcançou os 110%. Nos anos seguintes, a crise económica e a guerra reduziram drasticamente a taxa de admissão, tendo atingido 54% em 1994.

No âmbito da implementação do plano de desenvolvimento nacional, é introduzido no ano de 1983, o Sistema Nacional de Educação (SNE) que se estrutura em ensino pré-escolar (Creches e Jardins de infância para crianças com idade inferior a 6 anos), ensino escolar (ensino geral, ensino técnico profissional, e ensino superior para além do ensino especial, ensino vocacional, ensino de adultos, ensino à distância, formação de professores) e ensino extra-escolar (actividades de alfabetização e de aperfeiçoamento, a actualização cultural e científica), que preconizava a introdução, de forma gradual, da escolaridade obrigatória e universal para as crianças em idades escolares. Na definição dos objectivos e principais linhas de acção do sector de educação, após as eleições multipartidárias de 1994, o governo moçambicano aprovou em 1995 a Política Nacional de Educação que estabeleceu a visão do sector da educação assente em três pilares: (a) aumento do acesso e equidade; (b) melhoria da qualidade e relevância do ensino; (c) reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação nos diferentes níveis de administração. No período de 1999 a 2005, foi implementado o Plano Estratégico de Educação que enfatizou a sua prioridade no ensino básico, sendo substituído pelo Plano Estratégico de Educação e Cultura (2006 – 2010/2011), que versa essencialmente os mesmos objectivos-chave, embora com maior ênfase na melhoria da qualidade da educação e na retenção dos estudantes até à sétima classe, para além de se propor a aumentar os esforços para desenvolver a educação técnico profissional e vocacional, e ensino secundário com características profissionalizantes e ensino superior.

Das acções desenvolvidas desde a independência nacional em 1975, destaca-se um factor comum e consensual: a qualidade do ensino. No entanto, subjacente a essa opinião comum e consensual, permanecem algumas questões ainda pouco exploradas pelos diversos intervenientes do sector da educação em Moçambique, a começar pela

Actualmente, estudos mostram que a qualidade de ensino educacional em Moçambique está em decadência em razão de diversos factores. Desse modo, a discussão da educação, hoje, encontra-se centrada na qualidade, o que é um importante avanço

própria concepção de qualidade de ensino no contexto das principais políticas nacionais de educação. A qualidade da educação esta sempre presente no centro do debate e é uma aspiração constante dos sistemas educacionais de todos os países. A qualidade de ensino pressupõe um julgamento de mérito que se atribui tanto para o processo quanto aos produtos decorrentes das acções desenvolvidas, que de certa maneira, implica, pois, um juízo de valor. A qualidade de ensino tem que ser entendida como satisfazendo critérios bem definidos que expressam: (1) definição de critérios pedagógicos e sociais; (2) explicitação de indicadores; (3) planificação e execução de estratégias de avaliação mais amplas para validação (ou não) da qualidade de ensino desejada.

Actualmente, estudos mostram que a qualidade de ensino educacional em Moçambique está em decadência em razão de diversos factores. Desse modo, a discussão da educação, hoje, encontra-se centrada na qualidade, o que é um importante avanço. Pois, a questão do acesso perdera o sentido se não abordarmos a questão da qualidade tendo como referencial às expectativas e direitos de todos os beneficiários directos e indirectos. Julgo que ao abordar a questão da qualidade de ensino, devemos analisar as relações e determinantes entre as políticas públicas do sector de educação e qualidade de ensino, para além de outros factores que poderão ser agregados para melhor elucidar as razões e as relações entre as variáveis e factores analisados. Na impossibilidade de abarcar na sua totalidade todos os determinantes entre as políticas públicas do sector de educação e qualidade de ensino, somente vou abarcar questões cujos contextos se tornam actuais quando se pretende efectuar o debate da qualidade de ensino, de acordo com António Figueiredo (Universidade de Coimbra): 1. Debate da estratégia institucional (missão, visão, objectivos, factores críticos de sucesso, forças, fraquezas, oportunidades, ameaças, competências-chave, recursos); 2. Debate da qualidade pedagógica dos professores (formação para docência, papel da actividade pedagógica no progresso na carreira, critérios de avaliação – objectivos, preparação, métodos, resultados, apresentação, auto - crítica); 3. Debate dos conteúdos (fundamentação, profundidade, relevância – para o saber fazer, para o saber ser e para o saber viver, actualidade, coerência, operacionalidade); 4. Debate dos contextos (cultura institucional, actividades extra-curriculares, adequação ao exterior, imagem); 5. Debate da mobilização dos estudantes (para a intencionalidade estratégica, gosto de aprender e de intervir, capacidade de luta, independência, iniciativa, criatividade, sentido comunitário, cultura); 6. Debate da auto - avaliação (conteúdos: como se estruturam, revêem e aperfeiçoam? Estratégias: como se estabelecem as estratégias e os métodos de ensino e de aprendizagem? Acção pedagógica: como se avalia o seu desempenho e se incentiva a excelência pedagógica? Resultados: como é avaliada a qualidade dos alunos?). ■

Ficha Técnica

Propriedade da S-imprensa
Rua de Timor Leste, 108
Telef: 2131517/8
Fax: 21315185
Registo nº 011/Gabinete-DE/02
Direcção-Geral: Daniel David
Directores Editoriais: Jeremias Langa
Chefe de Redacção: Olívia Mazarigo
Sub-chefe de Redacção: Lázaro Maluriza

Sociedade: Francisco Mandlate (editor); Ricardo Machava; Arágnio Henriques; Benedito Luis; Tiago Valoi e Nando Bismarque. Política: Atansio Marcos (editor); José Belmonte; Nelson Belarmino e António Mondlane. Economia: Rosencaura Mucipo (editor); Orlando Macucua. Desporto: Alfredo Jimour (editor); Aristides Cavé; Elísio Uamusse; Isaac Naisene. Cultura: Edmundo Chaique (editor); Abdul Sulemani; Felicidade Zunguzo. Internacional: Heider David; Adilson Tajó; Ananias

Nhantumbo. Colaboradores: Daniel Covane (Gaza); Joaquim Alberto (Manica); Francisco Raiva (Beira); Bernardino Conselho (Tete). Fotografia: Sérgio Marjate; Roberto Paquete e Lucas Meneses. Direcção de Arte e Produção: António Xerinda (Director); Paginação e Infografia: Imídio Matuzama; Arindo Uamusse; Luís Bita; Saísie Umbura; Samuel Maluribe. Revisão: Adriano Rungo; Joaquim Selemane; Nélio Nhampose. Comercial: Lucília Manho. Distribuição: Vêlos. Impressão: S-Graphics, Lda. Tiragem: 50.000 exemplares.